

PROFESSOR

RODRIGO

VEREADOR

Sou **Professor Rodrigo**, casado, **pai de dois filhos**, cristão **católico** e com orgulho da minha trajetória. **Professor há 18 anos**, com **experiência na educação básica (infantil e fundamental)**, voluntariado, **ensino superior** e pós-graduação. Tive experiência na gestão como diretor de uma faculdade com aproximadamente 9 mil alunos. Sou farmacêutico, empresário e consultor. Com a mesma dedicação, ética e servidão que atuei em toda a minha carreira, me disponibilizo a ser representante da população pontagrossense no legislativo, por acreditar que a política séria pode ser um poderoso instrumento de defesa do interesse coletivo.

Confira aqui as principais pautas e propostas que defendo e que pretendo no meu mandato legislar, fiscalizar, fomentar e articular. Dentro de tudo o que é urgente e necessário, percebo nessas demandas algo que merece dedicação e concentração de esforços.

Nas próximas páginas, você pode conferir e ler com maiores detalhes!

**Eu vim
para servir!**



CNPJ: 56.512.433/0001-80

LEGISLATURA

Psicólogo escolar em todas as escolas
Gestão colaborativa das unidades escolares
Premiação à gestão de resíduos em serviços de alimentação
Ampliação dos programas de farmácia solidária e articulação com o SUS
Notificação compulsória de casos de abuso infantil identificados pelas escolas
Instalação de políticas públicas para o consumo racional de água
Solicitação de exames laboratoriais por enfermeiros, farmacêuticos e nutricionistas clínicos no âmbito do SUS
Incentivo fiscal a doações para proteção animal

FISCALIZAÇÃO

Destinamento de recursos para o combate da extrema pobreza
Fila de consultas eletivas pelo SUS
Qualidade de atendimento dos estabelecimentos SUS
Plano Diretor Municipal
Processos de licenciamento sanitário no âmbito municipal

FOMENTO

Projetos de alfabetização e letramento
Programas de Farmácia Viva e Práticas Integrativas
Programas de promoção da saúde
HumanizaSUS
Educação integral de verdade
Programas de castração de animais de rua

ARTICULAÇÃO

Agendamento eletrônico de vacinas
Cuidado de pacientes crônicos
Pronto-atendimento psiquiátrico
Controle de enteroparasitoses infantis
Desburocratizar o modelo pedagógico das escolas municipais

PROFESSOR

RODRIGO
VEREADOR



Abaixo, debato algumas dessas propostas, para que você possa entender com maiores detalhes.



Psicólogo escolar em todas as escolas

A demanda da educação inclusiva é muito alta e não é possível mais adiar. O psicólogo escolar não faz atendimento clínico ou avaliação psicológica dentro da escola, mas atua junto às equipes para mediar as situações de conflito que a inclusão educacional acaba trazendo. Às vezes os professores e equipes pedagógicas não possuem amparo técnico para manejar alunos em crise, mediar o processo educativo, conhecer a fundo o transtorno e mesmo gerar a interlocução com a família. O psicólogo atua com projetos junto aos alunos, professores, equipe de gestão e famílias. É importante entender que a inclusão não é benefício somente para crianças excepcionais, mas também para as neurotípicas. Conviver com a diversidade enriquece as oportunidades de aprendizado, o desenvolvimento de habilidades sociais e da consciência coletiva.

Caso se torne lei municipal, as escolas serão obrigadas a prover o profissional de psicologia escolar como parte da sua equipe. As escolas particulares possuem condições e podem implementar de forma mais imediata. Para a prefeitura, implantar em todas as 159 unidades escolares é mais desafiador, mas poderá ocorrer de forma gradativa, talvez iniciando com carga horária de 20 horas por escola. O profissional da psicologia poderá treinar os auxiliares de inclusão, porque um estagiário não pode jamais cair em uma sala de aula para cuidar de alunos com excepcionalidades sem saber o que está fazendo e a quem recorrer. O mercado possui esses profissionais à disposição. Eles poderão aplicar escalas de corte para transtornos de aprendizagem e desenvolvimento e identificar as urgências que devem ser encaminhadas para diagnóstico e avaliação.



Sistema de gestão colaborativa nas unidades escolares

Um profissional se sente pertencente e respeitado quando ele participa das decisões da gestão, ou minimamente acompanha como essas decisões são tomadas. Hoje, é perceptível nas equipes da rede de educação que não são ouvidas, nem mesmo as coordenadoras pedagógicas e diretoras.

É preciso regulamentar a transparência da gestão escolar. É claro que é inviável que todas as decisões sejam tomadas de forma democrática, afinal de contas o gestor está lá para isso. No entanto, quando uma equipe não participa da análise dos cenários que levam a tomada de decisões, isso diminui a sua sensação de pertencimento e gera desmotivação. Hoje em dia, temos tantas tecnologias, desde um simples formulário do Google, é possível coletar e sistematizar percepções de quem está na ponta, no cotidiano da vida escolar. É quem mais tem a dizer. Se fazer próximo, é dar a eles chance de serem ouvidos, e de lá podem partir ideias que auxiliarão a gestão. É muito importante apresentar os resultados das pesquisas aplicadas, e explicar o porquê a decisão foi A ou B. Quanto maior a equipe, mais difícil, mas transparência sempre aumenta o engajamento e a confiança.



Notificação compulsória de casos de abuso infantil identificados pelas escolas

Em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é prevista a notificação de casos de violência doméstica, sexual e mesmo as autoprovocadas, contra crianças e incapazes. A notificação ocorre através de uma ficha padrão nacional, alimentando o banco de dados do SINAN – Sistema de Informação de Agravos e Notificação.

As atitudes de combate à violência devem ser imediatas e radicais. Portanto, é dever dos órgãos municipais acompanhar e prestar atendimento a situações de vulnerabilidade de crianças e adolescentes.

Muitas vezes, são nos serviços educacionais e nos serviços de saúde que são identificados indícios de violência, e deve haver um debate para a instalação de uma estrutura aonde essa informação chegue rapidamente às autoridades competentes, bem como possa ser acompanhada e fiscalizada. Políticas públicas não devem servir só para apagar incêndios, mas para mapear o risco e definir estratégias eficazes de combate à violência doméstica, familiar e contra a criança.



Instalação de políticas públicas para o consumo racional de água

Mesmo em meio ao aquecimento global, desordens climáticas e um cenário que emerge pelas atitudes de preservação ambiental, ainda parte da população não demonstra consciência ecológica, principalmente em relação ao não desperdício da água.

Em consonância com o PL 596/24, em análise pelas comissões nacionais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, é necessário que se institua uma política pública que gere a conscientização popular, o apoio ao uso eficiente de água em ambientes industriais, estimule a captação de água da chuva e, em alguns casos, regulamente e iniba ações de desperdício, tanto em âmbito doméstico, quanto comercial.



Solicitação de exames laboratoriais por enfermeiros, farmacêuticos e nutricionistas clínicos no âmbito do SUS

Enfermeiros, Nutricionistas e Farmacêuticos são profissionais clínicos que participam das equipes de Saúde da Família e podem fazer uso de exames laboratoriais para interpretar a evolução farmacoterapêutica, nutricional, bem como monitorar o andamento de doenças crônicas e subsidiar condutas de cuidado. Esse suprimento respalda a atuação do médico, que normalmente atua como coordenador do processo de cuidado.



Premiação à gestão de resíduos em serviços de alimentação

Nosso mundo clama por iniciativas sustentáveis. Os serviços de alimentação são potenciais geradores de resíduos sólidos. Devido ao uso de guardanapos, copos, talheres descartáveis, embalagens e afins, muito lixo é produzido, e normalmente lixo sujo, o que limita a sua chance de reciclagem.

Se os restaurantes adotarem estruturas que incentivem medidas de sustentabilidade, influenciarão o comportamento do consumidor. A simples separação de guardanapos sujos e limpos, a lavagem de um copo plástico, e recipientes adequados para a separação de lixo orgânico, reciclável limpo e reciclável sujo, cria oportunidade para o destinação correto desses resíduos. Uma lei municipal que ofereça um selo de empresa sustentável e algum tipo de incentivo fiscal pode motivar os estabelecimentos a aderirem a práticas de gestão dos resíduos gerados.



Incentivo fiscal a doações para proteção animal

Atualmente, estima-se que existam em Ponta Grossa cerca de 50 mil animais de rua. Recentemente, foi instituído o Conselho de Proteção e Defesa Animal no município, que tem organizado o cadastro de protetores independentes, além das ONGs já existentes. O CRAR atende demandas de castração, mas a capacidade de atendimento precisa ser ampliada. Ainda, falta espaço e recursos para abrigar temporariamente os animais, e prestar cuidados e alimentação.

O programa NotaPG foi criado para incentivar os consumidores a exigir o documento fiscal dos prestadores de serviço. Nesse setor econômico, existe grande omissão fiscal pelas relações comerciais informais. O projeto prevê premiações em dinheiro, pela adesão dos cidadãos e inclusão do CPF nas notas fiscais dos serviços tomados. Como nesse caso é necessária a inclusão do tomador para emissão do documento fiscal, pode ser criado e regulamentado um sistema onde o próprio cidadão possa doar os seus cupons e eventuais cashbacks para as instituições cadastradas.



Ampliação dos programas de farmácia solidária e articulação com o SUS

Existe uma lei municipal que permite a atuação dos programas de farmácia solidária, mas ainda de forma limitada. Esses programas consistem na coleta e redistribuição de medicamentos, muitos de alto custo, que estão sem uso por alguma família e podem ser dispensados para outra que tenha necessidade.

Em estados como o Rio Grande do Sul, os programas de farmácia solidária funcionam muito bem e são articulados com o SUS. Nas visitas das agentes comunitárias de saúde às residências, os medicamentos em bom estado e sem uso podem ser coletados e levados até as UBS. As farmácias solidárias podem fazer a coleta, triagem e redistribuição, conforme os sistemas já existentes. A lei deve respaldar esse processo, para que impasses sanitários não limitem os benefícios do programa.



Agendamento eletrônico das imunizações

Hoje o processo de imunização do calendário vacinal infantil é o que mais direciona usuários ao SUS, porque mesmo as pessoas que possuem cobertura privada acabam aplicando vacinas em seus filhos no sistema público. A forma como o sistema está organizado gera lotação das UBS. Mesmo em períodos de pandemia, onde as aglomerações deviam ser evitadas, as pessoas ficavam por muito tempo com bebês pequenos esperando e expostos.

Um sistema eletrônico pode ser implantado, onde o usuário pode consultar a disponibilidade de vagas de imunização diretamente pela internet, ou presencialmente na UBS. Para que os atendimentos via internet não sejam priorizados, desassistindo pessoas que procurem pela UBS, podem ser reservadas 50% das vagas para cada modelo de agendamento. Quando o paciente chega à UBS, ele pode receber a sua senha com o horário que deve retornar. Muitos pacientes moram perto, e poderiam atender de seus filhos em casa e retornar no momento do atendimento.

Esse mesmo sistema poderia alimentar o contato dos pais, para que esses recebam alertas por SMS, mensagem ou e-mail quando estiver na hora do filho tomar a vacina. Isso auxiliaria no aumento da cobertura vacinal. Os alertas sobre as campanhas também seriam amplificados, se fosse possível entregar via celular o alerta.



Ambulatório referencial para emergências psiquiátricas

Um paciente que tem uma crise de ansiedade pode sentir que vai morrer, se sente em estado de emergência, e quando procura unidades de pronto atendimento, muitas vezes se depara com profissionais da saúde que não estão totalmente preparados para esse acolhimento. Avaliam a ausência do risco de vida, e às vezes a situação é tratada de forma e menosprezar os sintomas.

É interessante que uma das unidades de pronto atendimento, preferencialmente a mais central, possua uma equipe treinada para receber quadros de emergência psiquiátrica. Um psiquiatra de plantão, profissionais de saúde sensíveis a situações de saúde mental e que sejam capacitados para o manejo desses pacientes. Um paciente que passa por isso saberá qual lugar procurar, e que lá será bem atendido. Na maior parte dos casos, a estabilização do paciente é suficiente, não há necessidade de internamento ou cuidados complexos, mas é importante uma triagem bem feita e condutas adequadas.



Fiscalização e gerenciamento da fila de consultas eletivas

É muito frequente a queixa de usuários do SUS sobre a demora no atendimento médico para consultas eletivas, sobretudo para as especialidades médicas. O direcionamento das decisões de gestão deve se fazer a partir de dados concretos dessas filas de atendimento.

Sugestão: Implantar um sistema de gestão que aumente a eficiência de análise, quantificando o número de consultas por médico, por unidade de saúde, a duração média das consultas. Se o sistema permitir registrar o horário de check-in e check-out do paciente, teremos dimensão do tempo de espera do mesmo na unidade de saúde. Isso identificará gargalos nas filas de triagem, no cumprimento de horário por parte dos médicos, e na demanda real por consultas médicas. Assim, as ferramentas de resolução podem ser aplicadas de maneira mais assertiva.

No caso de médicos especialistas, mediante a identificação de filas com alto tempo de espera, pode-se estudar o credenciamento de médicos para mutirões de consultas, em parceria com o Ambulatório (UEPG).

Ação imediata: fiscalizar o andamento das filas de consultas e a atuação do executivo na solução das demandas.

Ambulatórios de PICS e Farmácias Vivas – extensão universitária

Hoje a atenção à saúde é muito centrada no médico, como se este fosse o único profissional clínico que pode avaliar e elaborar planos de cuidado para os pacientes. Pacientes com distúrbios menores, como dores de barriga, de cabeça, problemas digestivos, problemas de pele, podem ser triados e acompanhados por outros profissionais de saúde, como farmacêuticos. É muito comum que as pessoas vão até as farmácias buscar medicamentos para sintomas como esses, os medicamentos são prescritos pelo farmacêutico e o paciente é acompanhado e orientado a retornar caso os sintomas se agravem ou a queixa não cesse. Além disso, é frequente a prática da medicalização para situações de ordem psíquica. Muitas vezes, os pacientes se queixam de ansiedades, ou sentimentos, e não têm tempo de escuta nas unidades, sendo a prescrição de um antidepressivo a resolução mais rápida, que simplifica o problema e não representa a atenção que o paciente merece.

Hoje, é lei que as universidades curricularizem a extensão. Desde 2023, a obrigatoriedade da implantação passou a vigorar, e mais de 10 mil alunos em Ponta Grossa, de várias áreas do conhecimento, precisam de campos para praticar os conhecimentos adquiridos, em contato com as comunidades e realidades locais. As práticas integrativas e complementares podem aproveitar a mão de obra desses estudantes e seus orientadores, para implantar de forma descentralizada ambulatórios de atenção integral, onde possam ser aplicadas ferramentas terapêuticas de baixo custo para o SUS. A terapia integrativa comunitária, na forma de rodas de conversa, é uma tecnologia social que tem alcançado sucesso e reduzido os agravos de saúde mental e o excesso de medicações para esse fim. Além disso, deve-se trabalhar na captação de recursos para o cultivo das farmácias vivas (canteiros de chás medicinais), em parceria com as universidades, produzindo matéria-prima de qualidade para difundir a fitoterapia às comunidades.

Avaliação da qualidade de atendimento SUS

Se temos uma gestão moderna e eficaz, não precisamos ter medo de ser avaliados pelos usuários do serviço prestado. O usuário do SUS precisa ter espaço de fala para se manifestar sobre a satisfação pelos atendimentos prestados.

A avaliação da qualidade do atendimento vai além de falarmos da frustração pelo eventual tempo de espera. Diz respeito a como o paciente SUS está sendo tratado, se ele é um cliente respeitado dentro dos âmbitos de serviço. Os indicadores produzidos por esses relatórios de avaliação são importantes ferramentas de gestão para as equipes, para a autorreflexão e mesmo para o reconhecimento do bom trabalho prestado pelos agentes de saúde.

HumanizaSUS

Além da eficiência no atendimento, a capacitação constante dos profissionais da saúde é muito importante. Por mais redundante que possa parecer, muitas vezes precisamos lembrar o ser humano de “ser humano”. O que era substantivo, virou verbo e adjetivo. Muitas vezes, a rotina se torna automática e esquecemos de olhar para o outro, sobretudo lembrando que quem procura um sistema de saúde é alguém que está em sofrimento.



Intensificar projetos de promoção de saúde

Promover saúde é fazer uma gestão inteligente, porque custam muito menos para o SUS as ações de promoção e prevenção de agravos, do que os cuidados complexos com pacientes que sofrem AVCs, complicações de diabetes, e outros. Muitos programas já existem, como prática de atividades físicas, caminhadas, ações de educação popular em saúde. Podem ser intensificados, aproveitando a realidade da extensão universitária. Isso precisa ser sistematizado, a Prefeitura pode apresentar suas demandas de forma quantificada e organizada. Muitas vezes, a Prefeitura não sabe como conseguir os agentes, e as Universidades não sabem onde colocar seus alunos. Se a prefeitura fizer a gestão dessas demandas, pode convocar todas as instituições de ensino superior (IES) e apresentar suas necessidades, abrindo então a oportunidade para que as IES inscrevam seus projetos e ofereçam alunos para realizar os trabalhos. É importante regulamentar e colocar as regras sobre quantidade de alunos por orientador, para assegurar a qualidade do serviço prestado e a segurança para ambas as partes.

Cuidado de pacientes crônicos

Pacientes que tratam hipertensão, diabetes, dislipidemias, doenças respiratórias, muitas vezes podem ser monitorados por exames simples. A resposta terapêutica envolve a soma dos efeitos terapêuticos com os efeitos colaterais, e não simplesmente se um antidiabético abaixou a glicemia do paciente. Muitos pacientes deixam de tomar a medicação por conta de um efeito colateral, acabam não relatando ao médico e ainda retirando o medicamento na UBS sem utilizar.

Em diálogo com a Fundação Municipal de Saúde, desenvolver diretrizes com os indicadores que devem ser avaliados em cada paciente. Regulamentar processos para que os pedidos de exames possam ser direcionados pelos enfermeiros e farmacêuticos, e os questionários podem ser coletados pelas agentes comunitárias de saúde. Os problemas de falta de adesão à medicação podem ser solucionados muitas vezes com orientações farmacêuticas, sobre como tomar, em que horário tomar o medicamento. Caso sejam identificadas situações de ineficácia terapêutica, efeitos colaterais importantes, o encaminhamento ao médico levará o paciente respaldado e o médico terá informações objetivas para planejar a alteração do regime terapêutico.

Controle de enteroparasitoses infantis

Enteroparasitoses podem gerar agravos de saúde, diminuição de cognição, alterações de estado nutricional e mesmo complicações neurológicas, sobretudo em crianças vulneráveis. Regiões de saneamento básico precário e onde não se garante segurança alimentar são as mais suscetíveis.

Criar campanhas de coleta de exames parasitológicos, até mesmo nas escolas, pode ajudar a mapear a incidência de parasitoses intestinais em crianças. A notificação compulsória desses resultados nos exames analisados no âmbito do SUS permitirá analisar regiões em que as intervenções devem ir além do tratamento farmacológico. As enteroparasitoses são tratadas por medicamentos simples e de baixo custo, mas podem reincidir se as causas primárias não forem solucionadas. Identificação de animais infectados, melhorar saneamento precário, orientações sobre higiene dos alimentos, podem ser intervenções simples que trazem respostas significativas.

Desburocratizar o modelo pedagógico

Atualmente, a professora passa grande parte do seu tempo preenchendo portfólios e relatórios, muitas vezes fazendo retrabalho. Corremos o risco de engessar a criatividade do professor, enlatando o ensino em objetivos que deixam de lado a realidade da comunidade local. Os currículos devem ser concebidos de acordo com a BNCC, mas o professor precisa ter autonomia para aplicar metodologias e projetos que façam sentido, orientados pela equipe pedagógica da unidade escolar. Dificilmente um profissional vai engajar com um projeto do qual ele não participou da concepção, não se pode construir grandes ideias a partir de um pequeno grupo e tratar o educador como mero executor.

É importante que o professor faça o planejamento, de unidades curriculares e metodologias que serão aplicadas. Os objetivos de aprendizagem precisam ser convergentes em uma rede de ensino. Hoje, se opta por avaliações continuadas, diagnósticas, apresentadas em forma de parecer descritivo. Porém, os sistemas devem permitir efetivamente a avaliação qualitativa que o docente faz, de forma que ele tenha liberdade para identificar as dificuldades do aluno e desenvolver planos de ação, e não precise mascarar resultados para atingir bons indicadores.



Educação integral de verdade

Hoje, o sistema municipal promove educação em 'tempo' integral, mas não promove educação integral de fato. O aluno passa 1200 horas/ano estudando disciplinas curriculares básicas, e estamos entregando-o despreparado para o segundo ciclo do ensino fundamental (escola estadual). Algo está errado. Os alunos ficam muito tempo dentro das salas, e a organização dos horários de aulas em blocos faz com que a professora não consiga utilizar sua hora atividade de forma eficaz. Torna-se cansativo para todos, e o rendimento proporcionalmente ao tempo investido não é satisfatório.

O modelo integral da educação básica é meta do Ministério da Educação, mas respeita os sistemas de ensino locais. Hoje, se uma família deseja manter seus filhos estudando em meio período, precisa pagar escola particular, porque nas escolas públicas, não é facultativo. Essa discussão é mais profunda, mas poderia funcionar. Um currículo não é feito somente de disciplinas, mas também de projetos. É perfeitamente possível organizar os horários para que a permanência do aluno na escola seja investida em projetos de educação financeira, empreendedorismo, habilidades manuais, esportes, música, responsabilidade social, ecologia, diversidade cultural, literatura, sociologia. A execução desses projetos deve acontecer em aulas vivenciais, ou seja, sempre com a mão na massa, com a aprendizagem prática. A neuroaprendizagem nos mostra que o cérebro precisa se emocionar para aprender, e aí estão oportunidades de criar momentos memoráveis para os alunos, e permitir a eles desenvolver competências e habilidades que vão além do Português e Matemática, para podermos dizer que realmente é um modelo de educação integral.

Projetos de alfabetização e letramento

Num sistema educacional moderno e construtivista, não se podem definir metas rígidas sobre tempo ou idade para atingir a alfabetização e letramento. No entanto, é inadequado que a criança passe 7 anos obrigatórios no ciclo escolar municipal, e ainda saia sem fluência leitora.

A alfabetização ocorre mais eficientemente na escola do que em casa, por causa dos neurônios espelhos. Tendemos a reproduzir os comportamentos do meio em que estamos. Aprender coletivamente tem outro significado. No entanto, a linguagem é adquirida pelo objetivo de se comunicar, e para tanto, é necessário que haja estímulos que tornem isso lúdico e interessante ao educando. Esse trabalho não é responsabilidade exclusiva da escola, é importante conscientizar as famílias a fazer a sua parte. Identificar precocemente dificuldades motoras, auditivas, visuais e de aprendizagem é fundamental para evitar marcas negativas na vida escolar da criança. Aplicar diferentes métodos de alfabetização para crianças que não estão acompanhando o ritmo de sua turma é fundamental.

PROFESSOR
RODRIGO
VEREADOR



euvoto
Professor
Rodrigo
43.500

@prof.rodrigocaetano
www.profrodrigocaetano.com.br



4 3 5 0 0